N. 218. — GUERRA. — EM 2 DE MAIO DE 1876.

Declara de que data se deve contar o engajamento das praças do Exército.

Ministerio dos Negocios da Guerra. — Rio de Janeiro em 2 de Maio de 1876.

A' Repartição de Ajudante General. — Seja engajado para servir por mais tres annos o soldado do 1.º batalhão de infantaria João Antonio Teixeira; contando, porém, o engajamento do dia em que este se effectuar, cumprindo que d'ora em diante assim se proceda em casos identicos, revogada para esse fim a Portaria do 1.º de Fevereiro de 1873, publicada na ordem do dia n.º 1107.

Duque de Carias.

and a few figures

N. 219. — AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS. — EM 2 DE MAIO DE 1876.

Declara que devem ser classificados todos os escravos matriculados, e que os escravos menores de 12 annos, que não tiverem pai vivo e sim mãe liberta, devem ser comprehendidos no n.º II § 2.º, do art. 27 do Regulamento de 13 de Novembro de 1872.

N. 5. 2.ª Secção. — Directoria da Agricultura. — Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. — Rio de Janeiro em 2 de Maio de 1876.

Ilm. e Exm. Sr. — O Juiz Municipal do termo do Grão-Mogol consultou a Presidencia dessa Provincia:

1.º Onde devem ser classificados os escravos menores de 12 annos cujo pai tenha fallecido, sendo a mãe liberta?

2.º Póde ter lugar o arbitramento do valor do escravo antes de ser conhecida a importancia do fundo de emancipação?

Declarou essa Presidencia ter respondido á 2.ª consulta com a doutrina dos Avisos de 13 de Maio de 1874 e 15 de Maio de 1875, isto é, que deviam ser classificados todos os escravos matriculados, guardadas as

preferencias estabelecidas pelo art. 27 do Regulamento de 13 de Novembro de 1872.

O Governo Imperial approva a decisão dada por essa Presidencia ao 2.º quesito proposto pelo Juiz Municipal e de Orphãos do termo do Grão-Mogol; e quanto ao primeiro declara o seguinte: os escravos menores de 12 annos que não tiverem pai vivo e sim mãe liberta devem ser comprehendidos no n.º II § 2.º do art. 27 do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 5135 de 13 de Novembro de 1872.

Deus Guarde a V. Ex. — *Thomaz José Coelho de Almeida*. — Sr. Presidente da Provincia de Minas Geraes.

N. 220.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.—EM 2 DE MAIO DE 1876.

O Escrivão do Juiz de Paz não se pôde eximir do serviço das Juntas classificadoras de escravos, sendo supprida sua falta ou impedimento pelo cidadão que o respectivo Presidente nomear.

N. 4. — 2.ª Secção.—Directoria da Agricultura.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro em 2 de Maio de 1876.

Illm. e Exm. Sr.—A V. Ex. representou o Juiz de Direito da comarca de Magé, sobre a difficuldade de encontrar quem se quizesse prestar a exercer as funcções de Escrivão de Paz e de Subdelegacia de Policia da Estrella, emquanto estivesse affecto ao primeiro dos sobreditos cargos o serviço gratuito de classificação de escravos.

Em resposta, cabe-me declarar a V. Ex., de accôrdo com os arts. 29 e 96 do Regulamento de 13 de Novembro de 1872, que sendo gratuito e obrigatorio o trabalho de classificação de escravos, não pôde eximir-se de servir na Junta classificadora o Escrivão do Juiz de Paz, sendo supprida a falta ou impedimento dos Escrivães de Paz da freguezia em que se reunir a mesma Junta pelo cidadão que o respectivo Presidente nomear.

Deus Guarde a V. Ex.—*Thomaz José Coelho de Almeida*. — Sr. Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.